

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	30
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Política de gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras ("Política de Gestão de Riscos") está aderente às novas demandas de conformidade com leis e regulamentos relacionados às práticas de conduta antiética e corrupção, bem como ao framework COSO 2013. O documento foi aprovado pela Diretoria Executiva da holding (Resolução RES-521/2016, de 23/08/2016) e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Deliberação DEL-170/2016, de 23/09/2016).

Atualmente a Política de Gestão de Riscos encontra-se em revisão, no âmbito do processo bianual de revisão, no qual se verifica, entre outros pontos, sua adequação à Lei das Estatais e ao seu Regulamento.

### **b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

#### **i. os riscos para os quais se busca proteção**

Busca-se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

#### **ii. instrumentos utilizados para proteção**

Devido a estrutura reduzida da Companhia, a Administração optou pela não implementação de uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos.

#### **iii. estrutura organizacional de controle**

A Administração adota uma estrutura de controle que envolve a Companhia como um todo. Essa estrutura é composta pelo:

- 1) Conselho de Administração, que compete a fixação da orientação geral dos negócios da ELETROPAR, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos;
- 2) Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compete, dentre outras funções, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- 3) Diretor Financeiro, de gestão e de Relação com Investidores, que compete, dentre outras funções, propor diretrizes e planos de negócios para a ELETROPAR, de acordo com perfil de rentabilidade e risco da empresa;
- 4) Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tendo por

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações;

- 5) Gerente de Compliance, vinculado ao Conselho de Administração, tem como objetivo garantir o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte da Eletropar e seus Colaboradores, Representantes, sócios de joint venture e outras afiliadas.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Devido a estrutura reduzida da Companhia e as características de suas operações, (empresa de participações), a Administração optou pela não implementação de política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Eletropar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e não possui operações associadas a instrumentos derivativos tais como "Total Equity Return Swap", entre outros.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Controles internos

#### **(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Administração não realiza procedimentos específicos para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles Internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

A Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Departamento de Contabilidade e Orçamento – principal área responsável pelas demonstrações financeiras, subordinada ao Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores, responsável pelo estabelecimento da adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

#### **(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas pela Auditoria Interna.

#### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2017, auditados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

#### **(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4. Programa de Integridade

- a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

As ações da empresa para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do Programa de *Compliance corporativo*, definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras.

No segundo semestre de 2016, a empresa estruturou o programa "Eletrobras 5 Dimensões" que representa o compromisso da administração da holding e de suas empresas, com a implantação de diretrizes e práticas rotineiras para lidar com os temas de fraude, corrupção e conduta antiética. Ele operacionaliza o Programa de Compliance através:

- do desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
- da análise periódica de riscos de fraude e corrupção;
- da estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- da definição de ações de comunicação e treinamento;
- do monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O aprimoramento do programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as**

Os procedimentos de integridade adotados pelas Empresas Eletrobras estão previstos, principalmente, em seu Código de Ética e pela Política Anticorrupção, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Auditoria Interna foi aprovada na 5ª Reunião do Conselho de Administração da empresa, de 09 de Julho de 2008 e está ligada diretamente ao conselho de administração. Suas principais atribuições:

- Realizar os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e emitir relatórios indicando, quando for o caso, as não-conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las, bem como acompanhar a implementação das respectivas ações corretivas;
- Avaliar as minutas de normas e de suas revisões, sob os aspectos de controle Interno.
- Coordenar, orientando e prestando apoio às demais unidades organizacionais da empresa, o atendimento à Controladoria-Geral da União – CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU, e aos demais órgãos de controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos, bem como monitorar as ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações por eles emanadas;

A área de Conformidade da empresa foi definida no novo estatuto aprovado em AGE de 24 de janeiro de 2018, em adequação a nova lei das estatais. Suas atribuições estão definidas abaixo:

- I - a gestão da conformidade no que se refere à adequação a leis, normas e conduta ética;
- II - a gestão de riscos corporativos; e
- III – a gestão do ambiente de controles internos.

Apesar da área de conformidade está prevista no estatuto a única atribuição exercida pela ELETROPAR hoje é a gestão de conformidade que funciona de forma integrada com a auditoria da empresa.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia deve observar o Código de Ética, conforme descrição constante do item **i.A** acima.

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como**



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das Empresas Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento e formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando a governança corporativa, transparência, legalidade, combate à corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros.

Os empregados tomam conhecimento do Código de Ética logo após a sua contratação. E o mesmo é disponibilizado para todo o público de relacionamento da companhia, desde a contratação de fornecedores a alta administração da empresa.

#### **•se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Eletrobras Holding promove treinamentos frequentes acerca do tema através de sua Universidade corporativa para todas as empresas do grupo, seja online ou de forma presencial, para colaboradores, diretores, conselheiros e outras áreas da empresa.

#### **•as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

O código de ética Eletrobras é um conjunto de diretrizes de conduta, e de orientação de comportamento ético para todo o público de relacionamento da companhia não havendo medidas de sanção corporativa previstas nele descrita.

#### **•órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de ética do sistema Eletrobras foi aprovado internamente na ELETROPAR por Resolução de Diretoria de 07 de fevereiro de 2017. Em 2018 o código de ética foi atualizado pela Eletrobras holding e disponibilizado para as suas subsidiárias. A Eletropar disponibiliza o código de ética em seu site através do endereço [www.eletropar.com.br](http://www.eletropar.com.br)

#### **b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O sistema Eletrobras possui um canal de denúncia centralizado para todas as empresas do grupo.

### **•se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

As informações registradas no canal de denuncia serão recebidas por uma empresa independente e especializada, a ICTS, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela a Eletrobras, sem conflitos de interesses.

### **•se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O serviço está disponível para empregados, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços, contratados, fornecedores e todas as pessoas (sociedade em geral) que queiram relatar uma denúncia ou conduta indevida identificada nas empresas Eletrobras.

### **•se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé**

As informações registradas no canal de denuncia são recebidas assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela ouvidoria da Eletrobras, não é necessário fornecer informações pessoais para realizar uma denúncia, ela pode ser anônima.

Não há perseguição ou represália aos denunciante, uma vez que toda informação é mantida em sigilo.

### **•órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Todas as denúncias registradas são recepcionadas pela empresa especializada contratada ICTS, que é responsável por classificar por tema e por nível de prioridade cada uma das denúncias e encaminhar para tratamento do Comitê do Sistema de Integridade da Eletrobras, prezando sempre pelo sigilo das informações do denunciante.

### **c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Não aplicável.

### **d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

**o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não aplicável.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas****5.5. Alterações significativas**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, bem como no monitoramento que é realizado pela Companhia.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Comentários dos diretores

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2018	2017	2016
Liquidez Geral	2,55	2,52	2,05
Liquidez Corrente	6,91	5,49	5,11
Endividamento total sobre Ativo	18,31%	17,39%	14,68%
Retorno do Patrimônio Líquido	7,03%	19,51%	18,82%
Margem Líquida	73,75%	56,97%	100,73%

No exercício findo em 2018, identifica-se que 98,9% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

#### b. Estrutura de capital:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2018	2017	2016
Capital de Terceiros	18,31%	17,39%	14,68%
Capital Próprio	81,69%	82,61%	85,32%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

#### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de 18,31% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 12.931 mil em 31 de dezembro de 2018.

#### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não aplicável.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não aplicável.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não aplicável.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

A ELETROPAR está inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND. Deste modo, não poderá:

I - alienar elementos do seu ativo permanente ou adquirir bens que nele venham a ser registrados sem prévia autorização do CND, exceto os necessários à manutenção e operação da empresa;

II - contrair obrigações financeiras sem prévia autorização do CND, exceto aquelas necessárias à manutenção e operação da empresa.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não aplicável.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> (em milhares de Reais)								
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2018 (a)</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017 (b)</b>	<b>AV</b>	<b>Variação % ((a-b)/b)</b>	<b>31/12/2016 (c)</b>	<b>AV</b>	<b>Variação % ((a-c)/c)</b>
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.931	6%	1.868	1%	592%	499	0%	2494%
Títulos de Valores Mobiliários	91.788	40%	95.841	39%	-4%	54.382	25%	69%
Remuneração dos investimentos	1.550	1%	595	0%	160%	2.006	1%	-23%
Ativos fiscais a compensar	1.027	0%	68	0%	1409%	3.193	1%	-68%
Outros Créditos	3	0%	-	0%	100%	-	0%	100%
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	0%	8.293	3%	-100%	1.482	1%	-100%
	<b>107.299</b>	<b>47%</b>	<b>106.665</b>	<b>44%</b>	<b>1%</b>	<b>61.562</b>	<b>28%</b>	<b>74%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Contas a Receber - Eletronet	-	0%	-	0%	0%	1.482	1%	-100%
Ativos fiscais a compensar	-	0%	-	0%	0%	3.609	2%	-100%
	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>5.091</b>	<b>2%</b>	<b>-100%</b>
INVESTIMENTOS								
Avaliados por equivalência patrimonial	85.706	37%	76.900	32%	11%	59.059	27%	45%
Avaliados a valor justo	36.408	16%	59.755	25%	-39%	95.320	43%	-62%
IMOBILIZADO	18	0%	14	0%	29%	28	0%	-34%
INTANGÍVEL	7	0%	17	0%	-62%	19	0%	-65%
	<b>122.139</b>	<b>53%</b>	<b>136.686</b>	<b>56%</b>	<b>-11%</b>	<b>159.517</b>	<b>72%</b>	<b>-23%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>229.438</b>	<b>100%</b>	<b>243.351</b>	<b>100%</b>	<b>-6%</b>	<b>221.079</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>
<b>PASSIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Remuneração aos acionistas	3.129	1%	9.315	4%	-66%	8.465	4%	-63%
Contas a pagar	10.981	5%	9.322	4%	18%	2.696	1%	307%
Tributos e contribuições sociais	1.060	0%	101	0%	949%	232	0%	358%
Obrigações estimadas	362	0%	407	0%	-11%	348	0%	4%
Provisões para riscos trabalhistas	-	0%	300	0%	-100%	300	0%	-100%
	<b>15.532</b>	<b>6%</b>	<b>19.445</b>	<b>8%</b>	<b>-20%</b>	<b>12.041</b>	<b>5%</b>	<b>29%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Imposto de renda e contrib. social diferidos	5.417	2%	4.408	2%	23%	18.961	9%	-71%
Contas a Pagar - Cedentes	21.057	9%	18.461	8%	14%	1.453	1%	1349%
	<b>26.474</b>	<b>12%</b>	<b>22.869</b>	<b>9%</b>	<b>16%</b>	<b>20.414</b>	<b>9%</b>	<b>30%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social	118.054	51%	118.054	49%	0%	118.054	53%	0%
Reserva legal	4.875	2%	4.216	2%	16%	2.256	1%	116%
Dividendo adicional proposto	21.731	9%	31.239	13%	-30%	-	0%	100%
Ajustes de avaliação patrimonial	10.171	4%	25.428	10%	-60%	42.919	19%	-76%
Reserva de lucros a realizar	17.093	7%	22.100	9%	-23%	25.395	11%	-33%
Reserva retenção de lucros para investimento	15.508	7%	-	0%	100%	-	0%	100%
	<b>187.432</b>	<b>82%</b>	<b>201.037</b>	<b>83%</b>	<b>-7%</b>	<b>188.624</b>	<b>85%</b>	<b>-1%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>229.438</b>	<b>100%</b>	<b>243.351</b>	<b>100%</b>	<b>-6%</b>	<b>221.079</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>

**Caixa e equivalente de caixa e Títulos de valores mobiliários**

Na conta “Caixa e equivalente de caixa” estão reconhecidos os valores de banco e as aplicações com vencimento até 90 dias. As demais estão registradas na conta de Título de valores mobiliários. Estas contas sofrem variação à medida que os títulos vão vencendo e sendo adquiridos outros com prazo de vencimento.

A variação positiva de 592% na conta de caixa e equivalente de caixa quando comparado o exercício de 2018 com o de 2017, justifica-se em virtude da proximidade dos vencimentos dos títulos que compõem o Fundo (vencimento até 90 dias).

**Remuneração dos investimentos**

Nesta conta são classificados os valores declarados no ano à título de dividendos das investidas, e ainda não recebidos. Houve aumento na declaração de pagamento de dividendos no exercício de 2018, quando comprado ao exercício de 2017.

**Ativos fiscais a compensar (Circulante e não Circulante)**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação à rubrica de ativos fiscais a compensar é possível verificar a ocorrência de uma redução, quando comparado o exercício de 2018 e 2017 com o de 2016. Tal redução é explicada pela utilização dos créditos com a venda das ações da CPFL em novembro de 2017.

### **Contas a receber com partes relacionadas (circulante) e Contas a receber – Eletronet (não circulante)**

A Eletropar possui créditos junto a Eletronet. Esses créditos estavam integralmente provisionados devido a situação de falência da Eletronet.

Em 15 de dezembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet. Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Em 23 de dezembro de 2015, a Eletropar recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil, restando o valor de R\$ 4.152 mil a ser pago nos exercícios de 2016 a 2018.

Em dezembro de 2016 recebeu o valor de R\$ 1.384, corrigidos pelo IGPM e ao longo do exercício de 2017 recebeu parcelas mensais de R\$ 115, também corrigidas pelo IGPM, restando o valor de R\$ 1.480 a ser pago em 2018.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das Cedentes, esses créditos estão sendo repassados às Cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração, na mesma data de recebimento pela Eletropar.

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.671 mil no contas a receber, referente ao valor de utilização dos pares de fibras ópticas para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017 pela Eletronet, considerando o valor atualizado e corrigido da remuneração do direito de uso estabelecido no memorando de entendimentos (MOU).

A Administração analisando o fluxo de caixa da Eletronet, diante de cartas de conforto da ELETRONET e da LT Bandeirantes, concluiu que em 2017 a Eletronet tinha capacidade financeira de honrar os compromissos estabelecidos no acordo referente ao curto prazo. Já em 2018, com a entrada em vigor do IFRS 9, a Companhia teve alteração em suas provisões quanto aos recebíveis da Eletronet, constituindo provisão de crédito de liquidação duvidosa para a integralidade dos créditos da Eletronet.

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

### **Investimentos**

Observa-se um crescimento nos investimentos avaliados por equivalência patrimonial. Esse crescimento é justificado em função da investida da CTEEP. No exercício de 2017 o aumento se

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

justifica pela reversão dos ajustes no PL da investida em função do reconhecimento do passivo atuarial. Em 2018, o aumento justifica-se pelos ajustes no Patrimônio Líquido da investida CTEEP, referentes a operação da classificação do ativo financeiro a receber da RBSE, considerando que, as premissas de mensuração da CTEEP foram diferentes das adotadas pelas Empresas Eletrobras.

A redução nos investimentos avaliados a valor justo justifica-se devido a venda das ações da investida CPFL, em 2017, e Eletropaulo, em 2018.

### **Remuneração aos acionistas**

Corresponde ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios a pagar. Como em 2016 e 2017 a Companhia obteve lucro líquido superior ao do ano de 2018, esta conta apresentou variação negativa.

### **Contas a pagar (circulante) e contas a pagar – cedentes (não circulante)**

Nesta conta são registrados os valores das despesas com pessoal e contratação de serviços prestados em 2018 e não pagos dentro do exercício. Porém, a variação ocorrida entre os exercícios de 2016, 2017 e 2018 é explicada pela variação do contas a receber da Eletronet referente ao acordo de confissão de dívida e apuração do direito de passagem a pagar as Cedentes (Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte).

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

Em virtude no processo de negociação da renovação do contrato entre a Eletropar e as Cedentes ainda não ter sido finalizado, as cedentes não concordam em receber os valores apurados pela Eletronet, deste modo, o contas a pagar apresenta crescimento.

### **Reserva legal**

Como a companhia obteve lucro nos exercícios de 2016 a 2018, houve constituição de reserva legal.

### **Reserva de lucros a realizar**

Em 2016 o resultado da Companhia foi fortemente impactado pela receita de equivalência da investida CTEEP. Como a equivalência patrimonial não corresponde a parcela do lucro realizado, a companhia optou por constituir a reserva de lucros a realizar.

Em 2018 e 2017, em função dos recebimentos de dividendos da investida CTEEP foi realizada parte desta reserva.

### **Reserva de retenção de lucros para investimentos**

Tendo em vista os desinvestimentos realizados pela Companhia em 2017 e 2018 (venda das ações da CPFL e da Eletropaulo, respectivamente), aquisição de investimentos em 2018, no valor R\$ 7.949 mil e a necessidade de realização de novos investimentos para manutenção da

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

sustentabilidade da Companhia, foi constituída a reserva de retenção de lucros para investimento e/ou expansão.

**Dividendo adicional proposto**

Nesta conta são lançados os dividendos declarados além do mínimo obrigatório.

Comparação das Principais Contas de Resultado de 2018, 2017 e 2016.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
(em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/12/2018 (a)	AV	01/01/2017 a 31/12/2017 (b)	AV	Variação ((a-b)/b)	01/01/2016 a 31/12/2016 (c)	AV	Variação ((a-c)/c)
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>								
Dividendos	1.007	6%	691	1%	46%	1.811	5%	-44%
Juros sobre capital próprio	1.381	8%	227	0%	508%	1.030	3%	34%
Participação societária	15.467	87%	21.382	31%	-28%	32.021	91%	-52%
Restituição Receita Federal	10	0%	-	0%	100%	388	1%	-97%
Outras Receitas	-	0%	46.536	68%	-100%	-	0%	0%
	<u>17.865</u>	<u>100%</u>	<u>68.836</u>	<u>100%</u>	<u>-74%</u>	<u>35.250</u>	<u>100%</u>	<u>-49%</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros, Tributos e Outras	(6.527)	-37%	(5.851)	-8%	12%	(5.676)	-16%	15%
Reversão (Provisões) operação	(2.595)	-15%	(18.460)	-27%	-86%	-	0%	100%
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	-	0%	-	0%	0%	(712)	-2%	-100%
Perda na subscrição	-	0%	-	0%	0%	(474)	-1%	-100%
Reversão (Provisão) processo trabalhista	300	2%	-	0%	100%	(57)	0%	-625%
	<u>(8.822)</u>	<u>-49%</u>	<u>(24.311)</u>	<u>-35%</u>	<u>-64%</u>	<u>(6.919)</u>	<u>-20%</u>	<u>28%</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>9.043</u>	<u>51%</u>	<u>44.525</u>	<u>65%</u>	<u>-80%</u>	<u>28.331</u>	<u>80%</u>	<u>-68%</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>5.746</u>	<u>32%</u>	<u>5.789</u>	<u>8%</u>	<u>-1%</u>	<u>8.058</u>	<u>23%</u>	<u>-29%</u>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>14.789</u>	<u>83%</u>	<u>50.314</u>	<u>73%</u>	<u>-71%</u>	<u>36.389</u>	<u>103%</u>	<u>-59%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(1.613)	-9%	(11.095)	-16%	-85%	(880)	-2%	83%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>13.176</u>	<u>74%</u>	<u>39.219</u>	<u>57%</u>	<u>-66%</u>	<u>35.509</u>	<u>101%</u>	<u>-63%</u>

**Receitas operacionais**

A redução nas receitas operacionais, justifica-se pelo fato da receita operacional de 2017 ter sido fortemente impactada pelo ganho na venda das ações da investida CPFL Energia, no mês de novembro de 2017, no montante de R\$ 46.536, já em 2018 o ganho com a venda das ações da Eletropaulo, no montante de R\$ 62.436, foi reconhecido no Patrimônio Líquido, em "Outros Resultados Abrangentes - ORA", em função do CPC 48/IFRS 9. Caso o ganho da venda das ações da Eletropaulo fosse reconhecido como receita em 2018, as receitas operacionais seriam 16,65% superiores a de 2017.

**Despesas operacionais**

No exercício de 2016 foram reconhecidas perdas no valor de 712 mil nos investimentos na Eletropaulo, devido à queda relevante no valor da cotação de suas ações.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 8.822, em 2018, observa-se uma redução de 64% em relação ao exercício de 2017. Cabe destacar que foi reconhecido, no quarto trimestre de 2017, uma despesa no valor de R\$ 10.602 referente a variação identificada na mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul) e R\$ 7.858 referente ao risco de crédito do contas a receber de longo prazo do negócio Eletronet. Em 2018 foi revertido o valor de R\$ 5.104 após a convergência de informações sobre a mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes e reconhecido provisões de R\$ 6.199 referente ao risco de crédito do contas a receber do negócio Eletronet e R\$ 1.500 referente ao complemento da variação identificada na mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes no exercício de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Se desconsideramos os efeitos das provisões efetuadas em 2018 e 2017, observa-se um aumento de 6,43% nas Despesas Operacionais de 2018 em relação a 2017. Este aumento justifica-se, principalmente, em virtude da elevação nas despesas com tributos, em função da tributação sobre o reconhecimento de recebimento de Juros sobre o Capital Próprio das investidas, com serviços de terceiros e nas despesas com publicidade legal.

**Resultado Financeiro**

Embora o valor aplicado esteja maior, devido a redução nas taxas de juros, o resultado financeiro de 2018 apresentou queda em relação aos exercícios de 2017 e 2016.

**Lucro Líquido (prejuízo) do exercício**

O resultado da companhia, em 2018 foi menor em relação ao de 2017 devido ao impactado pela receita com a venda das ações da CPFL.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em Lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2018, lucro líquido no valor de R\$ 5.855, inferior em 80,98% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 30.788. No exercício de 2018, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 13.176, inferior em 66,41% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve lucro líquido no valor de R\$ 39.219.

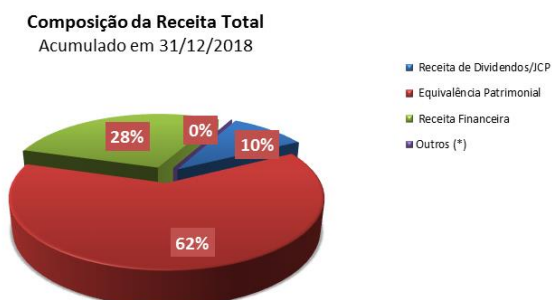
As receitas líquidas totais de 2018, no montante de R\$ 24.847, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 66,87% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2016, estas no montante de R\$ 74.992. Tal desempenho justifica-se, já que a receita líquida total de 2017 foi fortemente impactada pelo ganho na venda das ações da investida CPFL Energia, no mês de novembro de 2017, no montante de R\$ 46.536, já em 2018 o ganho com a venda das ações da Eletropaulo, no montante de R\$ 62.436, foi reconhecido no Patrimônio Líquido, em "Outros Resultados Abrangentes – ORA", em função do CPC 48/IFRS 9. Caso o ganho da venda das ações da Eletropaulo fosse reconhecido como receita em 2018, as receitas líquidas totais seriam 16,39% superiores a de 2017.

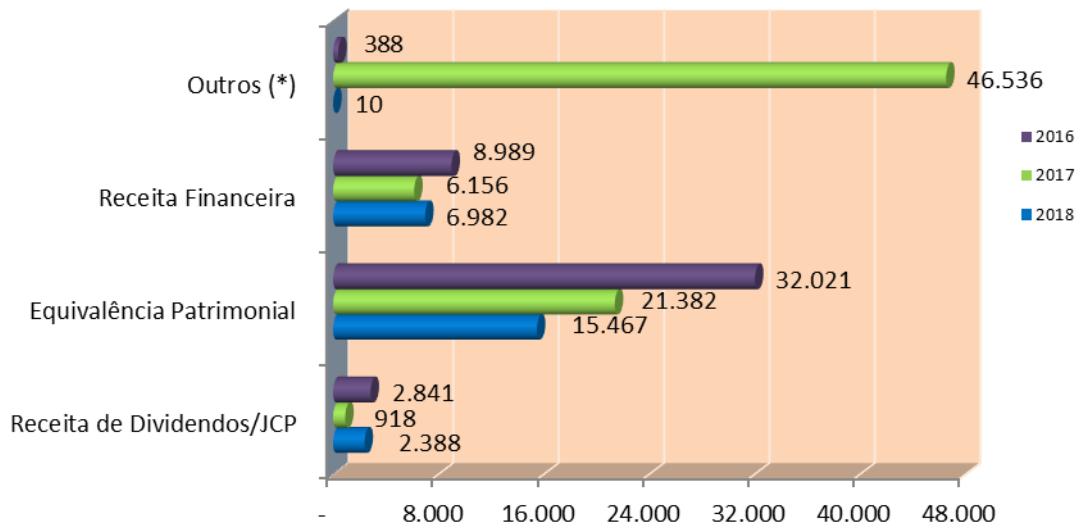
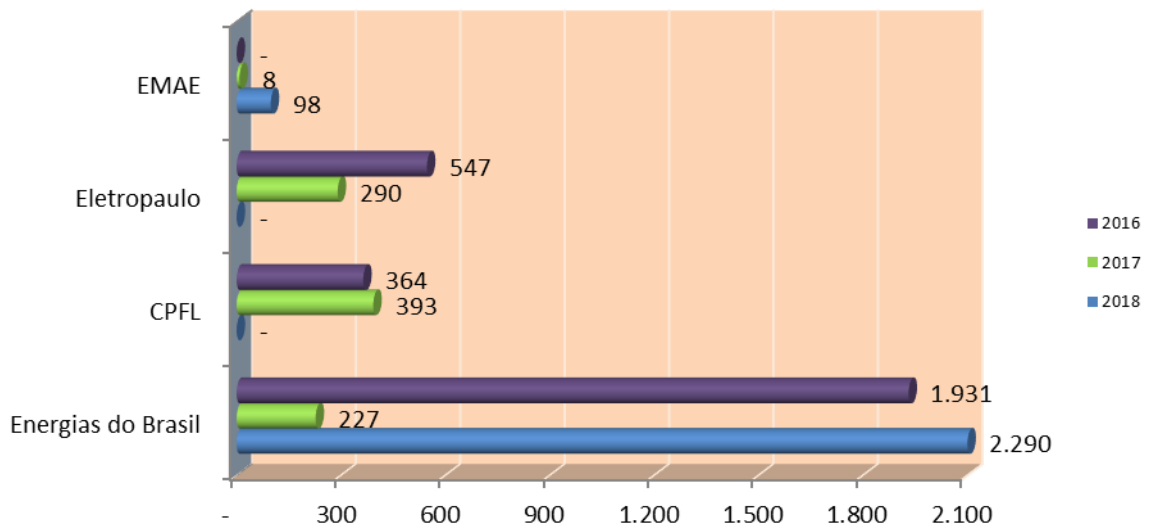
O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energia e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

#### (b) Variações das receitas

Apresentamos a seguir a composição das receitas nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016.

#### Gráfico 1: Composição da Receita Total 2018



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Gráfico 2: Comparativo 2018 versus 2017 e 2016 - Receitas Totais****Gráfico 3: Comparativo 2018 versus 2017 e 2016 - Receita de Dividendos/JCP por investida****(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

O Resultado Financeiro em 2018, no montante de R\$ 5.746, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 0,75% quando comparado ao apurado no exercício de 2017, cujo valor foi de R\$ 5.789. Tal efeito pode ser explicado pela queda na taxa que rentabiliza os fundos.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até a data deste Formulário de Referência não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

No dia 13 de julho de 2018 foi concluída a alienação de 2.095.644 ações ordinárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., detidas pela Eletropar, com o recebimento de R\$ 95.372.758,44 (noventa e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Este valor corresponde ao pagamento de R\$ 45,22 por ação, atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (Taxa Selic), desde a data de liquidação (07/06/18) até a data do efetivo pagamento (13/07/18).

O resultado da operação, líquido de tributos, foi de R\$ 62.436 mil.

**c. Eventos ou operações não usuais.**

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99 é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

No dia 13 de março de 2019, foram aprovadas pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis do exercício de 2018. O relatório do auditor independente consta parágrafo de ênfase sobre a continuidade das operações.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Valores em milhares de Reais

	<b>Capital Social</b>	<b>Lucro (Prejuízos) acumulados</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>321.387</b>	<b>(489.280)</b>	<b>129.475</b>	<b>(38.418)</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.917	(8.917)	-
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.		(3.032)	3.032	-
Prejuízo do exercício		(14.141)		(14.141)
<b>Saldos em 31/12/18</b>	<b>321.387</b>	<b>(497.536)</b>	<b>123.590</b>	<b>(52.559)</b>

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 123.590, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885 e em 2018 no montante de R\$ 5.885;

Desconsideramos o ajuste líquido de reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do prejuízo do período em R\$ 5.885;

Ressalva do auditor independente referente Provisão de imposto de renda e contribuição social, no valor negativo de R\$ 14.779.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 29 de janeiro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos diferidos. Os planos da Administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

**Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet**

	<b>Eletronet</b>	<b>Partic. 49%</b>
<b>Patrimônio Líquido 31/12/18</b>	<b>(52.559)</b>	<b>(25.754)</b>
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(144.254)	(70.684)
<b>Saldo ajustado em 31/12/18</b>	<b>(196.813)</b>	<b>(96.438)</b>

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras de 2018 foram preparadas consistentemente em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, salvo disposição em contrário.

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONSOLIDADO			
	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 01/01/2018
			10.161	3.348
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	1.868	1.868
Contas a Receber com Partes Relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	8.293	1.480
			95.841	95.841
Títulos e Valores Mobiliários	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por Meio de Resultado	95.841	95.841
			59.755	59.755
Investimentos (Participações Societárias)	Disponíveis para venda	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	59.755	59.755

**Redução no valor recuperável (impairment) – Ativos Financeiros**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

CPC 48/IFRS 9	
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabeleceu uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda esperadas para cada segmento de clientes das distribuidoras (residencial, industrial, comercial, rural e setor público), que possuem, em conjunto, características comuns de risco.

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da companhia.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

Como reflexos da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 a Companhia teve alteração em suas provisões apenas quanto aos recebíveis da Eletronet referentes a celebração do contrato de confissão de dívida.

Impactos Adoção Inicial CPC 48/ IFRS 9	31/12/2017 - CPC 38/IAS 39	Impacto	01/01/2018 - CPC 48/IFRS 9
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	7.858	6.359	14.217
Total de perdas por redução ao valor recuperável	7.858	6.359	14.217

**CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. No exercício não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

No relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2019, opinião sem ressalva, sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2018, constam como principais assuntos de auditoria:

**"Mensuração dos Direitos e Obrigações com a Eletronet S.A. e empresas Cedentes****Principais assuntos de auditoria**

*A Companhia atua como intermediária entre sua investida Eletronet S.A. e as empresas cedentes do Grupo Eletrobrás, como Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), através dos contratos de Cessão de Uso dos Cabos de Fibra Ótica, celebrado em 29 de junho de 1999, e Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as Fibras Ópticas, celebrado em 22 de agosto de 1999, ambos tendo como prazo de vigência o período de 20 anos. Os referidos contratos estabelecem que a Companhia responderá, solidariamente, com a sua investida Eletronet, pelas obrigações a ela atribuídas, importando o descumprimento de quaisquer obrigações pertinentes à Eletronet, em inadimplemento da Eletropar. Durante o período de sua vigência, a Eletronet S.A., ajuizou pedido de autofalência, em virtude de dificuldade de recursos financeiros, financiamentos de longo prazo e renegociação de suas dívidas com credores.*

*Em 15 de novembro de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral do Credores da Massa Falida da Eletronet, a quitação das respectivas obrigações com os credores, bem como estabelecido em "Memorando de Entendimento" (MOU), alterando as condições de preços, formas de medição de utilização e outras, celebradas no contratos acima informados, para um período temporário entre a data do MOU e a celebração de um aditivo contratual, para se estabelecer as novas condições de operações entre cedentes e a Eletronet, culminando assim no levantamento da falência.*

*Até a emissão deste relatório, o referido contrato aditivo não havia sido celebrado. Os efeitos dessas transações decorrentes da mensuração dos direitos e obrigações da Eletronet e Cedentes foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.*

*Em função da situação provisória até à celebração de um novo termo contratual/aditamento contratual e os possíveis desdobramentos que poderão impactar o valor mensuração dos direitos e obrigações da Eletronet e Cedentes reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, consideramos que este assunto como um principal assunto de auditoria.*

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:*

- A emissão de instruções de auditoria para os auditores da investida Eletronet S.A., onde obtivemos confirmações quanto a sua independência e quanto aos trabalhos executados, bem como realizamos revisão dos seus papéis de trabalho.*
- Efetuamos confirmação de saldos entre as empresas cedentes do Grupo Eletrobrás e a investida Eletronet, confrontando os valores informados, com os registros contábeis da Companhia. Neste procedimento de circularização, foram confirmados a mensuração em quantidade das fibras utilizadas no exercício.*
- Efetuamos testes de recálculo na mensuração das transações (preço x quantidades de fibras), e realizamos testes adicionais quanto à verificação na liquidação financeira subsequente.*

*Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em legal, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, apresentados na opinião legal sobre as obrigações solidárias, bem como analisamos as condições estabelecidas no contrato original e no MOU.*

*Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletronet S.A e as empresas cedentes do Grupo Eletrobrás.*

*Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os efeitos da mensuração dos direitos e obrigações dessa transação sobre as demonstrações financeiras, bem como a divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.”*

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações.

Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de impairment, base de determinação do ativo financeiro de concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, de acordo com a Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes. Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

#### Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

#### Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.



## **10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

### **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 - Plano de Negócios****a. Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia investiu R\$ 7.949 mil na aquisição de ações da Light S.A. No PDNG 2019-2023 há previsão de R\$ 44.178 mil de investimentos em participações societárias, com a utilização de recursos próprios, oriundos da remuneração dos investimentos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

**c. novos produtos e serviços****(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

**(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

**(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

Não há na Eletropar despesas com patrocínio, parcerias e convênios. As despesas com publicidade correspondem apenas as despesas com publicidade legal, que são as despesas com publicações das demonstrações financeiras, edital de licitação, extrato de contrato e edital de convocação de Assembleia.

Segue abaixo as despesas com publicidade Legal (R\$ mil):

	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>	<b><u>2016</u></b>
<b>Publicidade legal</b>	987	616	460